

Ex-superintendente do Ibama é preso pela Polícia Federal

Categories : [Notícias](#)

O ex-superintendente do Ibama no Amazonas, José Leland Juvêncio Barroso, foi preso na manhã desta quinta-feira (25) pela Polícia Federal (PF), em operação conjunta com o Ministério Público (MP) para desarticular um esquema de corrupção responsável por extração ilegal de madeira na floresta amazônica. Ao todo, foram 132 mandados judiciais.

Foram expedidos 23 mandados de prisão preventiva, seis de prisão temporária, 109 mandados de busca e apreensão cumpridos no Amazonas, Acre, Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais, Rondônia, Roraima, São Paulo e Distrito Federal.

A operação investiga servidores de órgão ambiental estadual, engenheiros florestais, detentores de planos de manejo e proprietários de empresas madeireiras.

Segundo a Polícia Federal, os servidores eram pagos para dar agilidade na fila para a concessão de licença e ainda fornecia informações sobre fiscalização nos locais de mata. Os pagamentos eram feitos entre servidores e madeireiros através de transação bancária ou quantias em espécie.

Ex-superintendente reclamou da centralização do Ibama

Os agentes foram até a casa de José Leland para cumprir um mandado de busca e apreensão, mas Leland acabou preso em flagrante por posse ilegal de arma de fogo.

O ex-superintendente do Ibama no Amazonas foi um dos signatários de uma [carta endereçada a Jair Bolsonaro](#), em novembro de 2018, acusando o Ibama de estar aparelhado pela esquerda. O documento, de 29 páginas, expôs as divergências entre os superintendentes, nomeados pelo Ministro do Meio Ambiente, e os diretores técnicos. Segundo os superintendentes que assinaram a carta, a presidência do Ibama centralizava as decisões à revelia da vontade dos superintendentes. Os superintendentes queriam mais poder para definir estratégias regionalmente.

Investigação

A Polícia Federal atua em duas principais frentes de investigação criminal: a primeira, sobre a extração, exploração e comércio ilegais de madeira; e, a segunda, sobre a corrupção entre servidores de órgão ambiental estadual, engenheiros florestais, detentores de planos de manejo e proprietários de empresas madeireiras.

Os investigados poderão responder por crimes de falsidade ideológica no sistema DOF, falsidade documental nos processos de concessão e fiscalização de PMFS (Plano de Manejo Florestal

Sustentável), extração e comércio ilegal de madeira, lavagem de bens, direitos e valores, corrupção ativa e passiva e de constituição de organização criminosa.

Leia Também

<https://www.oeco.org.br/noticias/cartas-expoem-racha-no-ibama-na-amazonia/>

<https://www.oeco.org.br/noticias/28807-policia-federal-desmantela-esquema-de-corrupcao-no-ibama/>

<https://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/pf-desmonta-esquema-de-exploracao-ilegal-de-madeira-no-amapa/>